

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE  
ESCOLA DE ENFERMAGEM

PÂMELLA BORGES FERREIRA

**Mulheres encarceradas vítimas do câncer do colo uterino: Revisão  
narrativa**

Goiânia

2023/1

PÂMELLA BORGES FERREIRA

**Mulheres encarceradas vítimas do câncer do colo uterino: Revisão  
narrativa**

Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Enfermagem da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientador: Prof. Dr. José Rodrigues do Carmo Filho.

Goiânia

2023/1

**Mulheres encarceradas vítimas do câncer do colo uterino: Revisão  
narrativa**

**PÂMELLA BORGES FERREIRA**

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. José Rodrigues do Carmo Filho - Orientador  
Universidade Católica de Goiás

---

Prof. Ms. Sílvia Rosa de Souza Toledo - Examinadora  
Universidade Católica de Goiás

---

Prof. Ms. Jamilly Conceição Brito Dias - Examinadora  
Universidade Católica de Goiás

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente quero agradecer a Deus, a quem devo tudo o que sou e que me acompanhou em todos os momentos.

A minha família. Que sempre me apoiaram independente de tudo, me ajudou a passar por todas as dificuldades e nunca deixou faltar amor e companheirismo.

Às minhas avós, que sempre acreditaram em meu potencial quando nem eu muitas das vezes deixei de acreditar.

Às amigas conquistadas no curso em especial a Andressa, Estter, Fernanda, Letícia e Nayara, que em todos os momentos estiveram presentes e sempre uma ajudando a outra.

Ao meu orientador, professor Dr. José Rodrigues, pelo apoio e pelos ensinamentos.

## RESUMO

**Introdução:** O aumento da população de mulheres encarceradas ao longo do tempo é um fenômeno observado em vários países e pode ser atribuído a diversos fatores. Essa população carcerária feminina apresenta características específicas que a tornam suscetível a diversas comorbidades, incluindo o câncer de colo uterino. **Objetivo:** Realizar uma síntese das publicações científicas acerca da prevalência do câncer do colo uterino em populações privadas de liberdade. **Método:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada por meio do levantamento de artigos científicos obtidos a partir de pesquisa eletrônica em sítios com acesso público tais como Biblioteca Virtual de Saúde, Google Acadêmico e U. S. National Library of Medicine. **Resultados:** Foram identificados 249 artigos, destes 32 continham informações sobre “Mulheres encarceradas vítimas do câncer do colo uterino” no título e resumo. Após a leitura na íntegra, somente 9 atenderam aos critérios de inclusão. Além disso, ao analisar as referências dos artigos de revisão, foram incluídos mais 2 estudos, totalizando 11 artigos incluídos no estudo. **Conclusão:** A realização do exame de Papanicolau nas unidades prisionais requer maior atenção e investimento por parte do poder público. A população carcerária apresenta características que as expõem a um maior risco de adquirir o câncer de colo uterino, e a falta de recursos humanos e de conhecimento sobre a importância desse exame para a saúde da mulher pode comprometer sua saúde. Nesse contexto, os enfermeiros desempenham um papel fundamental, sendo responsáveis pela educação em saúde, realização de exames e tratamentos relacionados ao câncer de colo uterino.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde da Mulher; População Privada de Liberdade; Prevalência; Câncer do colo uterino.

## ABSTRACT

**Introduction:** The increase in the population of incarcerated women over time is a phenomenon observed in several countries and can be attributed to several factors. This female prison population has specific characteristics that make it susceptible to several comorbidities, including cervical cancer. **Objective:** To carry out a synthesis of scientific publications about the prevalence of cervical cancer in populations deprived of liberty. **Method:** This is a narrative review of the literature, carried out through the survey of scientific articles obtained from electronic research on publicly accessible sites such as the Virtual Health Library, Google Scholar and the U. S. National Library of Medicine. **Results:** 249 articles were identified, of which 32 contained information about "Women imprisoned victims of cervical cancer" in the title and abstract. After reading it in full, only 9 met the inclusion criteria. In addition, when analyzing the references of the review articles, 2 more studies were included, totaling 11 articles included in the study. **Conclusion:** Performing the Papanicolaou test in prisons requires greater attention and investment by the public authorities. The prison population has characteristics that expose them to a greater risk of acquiring cervical cancer, and the lack of human resources and knowledge about the importance of this exam for women's health can compromise their health. In this context, nurses play a key role, being responsible for health education, performing tests and treatments related to cervical cancer.

**KEYWORDS:** Women's Health; Population Deprived of Liberty; Prevalence; Cervical cancer.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	8
2. JUSTIFICATIVA .....	11
3. OBJETIVO.....	12
4. MÉTODO.....	13
5. RESULTADOS .....	14
6. DISCUSSÃO .....	29
6.1. Infecções sexualmente transmissíveis e o câncer de colo uterino.....	29
6.2. Acesso das mulheres a ações de controle do câncer do colo uterino .....	30
6.3. Medidas de prevenção e intervenções para o CCU .....	31
6.4. Rastreamento do câncer do colo uterino entre mulheres encarceradas .....	32
6.5. Fatores de risco associados e determinantes sociais relacionadas ao câncer do colo uterino.....	33
7. CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS .....	36

## 1. INTRODUÇÃO

Em tempos passados, somente as pessoas sentenciadas eram presas, pois, na época, não existiam as prisões cautelares. Ao final do século XVI, por volta de 1550 foi criada na Inglaterra as Casas de Correção para homens e mulheres. Já na Holanda em 1596 foi criada a prisão destinada somente para homens e em 1957 foi criada a prisão destinada somente para o público feminino (PINHEIRO; GAMA, 2016).

Nas primeiras décadas do século XIX os governos europeus foram obrigados a realizarem a reforma carcerária, pois, ocorreu um enorme crescimento dos delitos contra a sociedade, principalmente na França e Inglaterra. Na América Latina ao ver a implementação do modelo penitenciário europeu e nos Estados Unidos, se viu a necessidade de uma reforma carcerária (PINHEIRO; GAMA, 2016).

Em 1984 foi instituída a Lei de Execução Penal (LEP) reconhecendo que as pessoas privadas de liberdade têm direito à educação e saúde garantindo assistência à saúde para essa população. Sendo essa assistência de maneira preventiva e curativa, englobando atendimentos médicos, farmacêuticos, odontológicos e de enfermagem. Já em 2003 para integrar os princípios do SUS para a população privada de liberdade deu origem a Portaria Interministerial fundando a partir dela um Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) (BRASIL, 2010).

As diretrizes estratégicas do PNSSP consistem em prestar assistência integral resolutiva, contínua e de boa qualidade às necessidades de saúde da população privada de liberdade, contribuir para o controle e/ou redução dos agravos mais frequentes que acometem a população penitenciária. Posteriormente foi criado a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) em 2014, continuando com as diretrizes do PNSSP, porém englobando agora além da população privada de liberdade, também os profissionais destes serviços penais, familiares e outras pessoas relacionadas ao sistema (BRASIL, 2014).



Devido a uma estrutura inadequada, condições sanitárias precárias, a superlotação de reeducando em suas celas, assim favorecendo a disseminação descontrolada de doenças, o sistema prisional brasileiro é considerado um fator de risco para a saúde pública. Além destes fatores, existem outros relacionados às características biológicas inerentes à mulher, que as tornam suscetíveis às diversas doenças, sejam aquelas de transmissibilidade ou condicionadas por fatores hormonais, imunológicos, genéticos e ambientais (OLIVEIRA; PACHECO; SENNA, 2020).

O câncer de colo de útero é causado principalmente pela infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV) transmitido sexualmente que também pode causar câncer cervical. A prevenção primária é a partir da orientação do uso de preservativos e a vacinação em meninos de 11 a 14 anos e meninas de 9 a 14 anos (INCA, 2022).

A única forma de rastreamento para o câncer de colo uterino é por meio do exame citopatológico de colo uterino. Este exame é indicado para mulheres que tem ou já teve vida sexual ativa, principalmente mulheres com idade entre 25 a 64 anos. Esse exame deve ser realizado a cada ano, porém se os dois últimos exames tiverem resultados negativos ele pode ser realizado a cada 3 anos (INCA, 2016).

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA) no Brasil, o câncer de colo do útero é o terceiro tipo de câncer mais prevalente entre mulheres. A partir de pesquisas esperasse que para o ano de 2022 tenha cerca de 16.710 casos novos, o que representa que a cada 100 mil mulheres a cerca de 15,38 casos (INCA, 2021).

O Ministério da Saúde vendo a situação da saúde pública no Brasil, elaborou um plano com ações estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis (DCNT) para os anos de 2021 – 2030, tendo como meta reduzir em 20% a mortalidade prematura por câncer colo uterino em mulheres com idade entre 30 a 69 anos (BRASIL, 2021).

De acordo com dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias em 2000 a população feminina era em torno de 5,6 mil mulheres. De 2000 a 2016 a população carcerária feminina só aumentava, inclusive no de 2016 foi o ano que mais aumentou com cerca de 40,9 mil mulheres. Dados de 2021 demonstram que a população

feminina privada de liberdade diminuiu para aproximadamente 30,6 mil (SISDEPEN 2022). Sendo assim, é importante saber se a restrição da liberdade contribui para o aumento da incidência do câncer do colo uterino em mulheres encarceradas?

## 2. JUSTIFICATIVA

A saúde da mulher vem se modificando ao longo dos anos. Antigamente a mulher era vista somente no período gravídico, hoje ela é vista e tem assistência em todas as fases da vida. No ano de 1983 foi criado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) para que a mulher tivesse assistência em todos os ciclos da vida, do atendimento mais simples ao mais complexo. Já em 2004 foi criada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e aumentou o acesso destas políticas a mulheres negras, indígenas, população carcerária e comunidade LGBT.

Na saúde da mulher inclui a prevenção de doenças que mais acometem as mulheres como o câncer que de acordo com o Ministério da Saúde (2022) abrange mais de 100 tipos, que consiste no crescimento desordenado de células. No Brasil retirando os tumores de pele, o câncer do colo uterino é o terceiro mais incidente na população feminina. De acordo com o INCA (2022) no ano de 2022 serão cerca de 16 mil casos novos de câncer do colo uterino, o que equivale a 15,3 casos a cada 100 mil mulheres.

Por conta da estrutura inadequada e outros fatores, o encarceramento é considerado fator de risco para inúmeras doenças. E com o grande aumento da população carcerária feminina é de extrema importância discutir a saúde da mulher privada de liberdade, pois, mesmo que ela esteja encarcerada o PNAISP assegura a necessidade de uma assistência para esta população.

Essa discussão é pertinente, pois permite conhecer a realidade da saúde das mulheres privadas de liberdade e identificar variáveis que contribuam para a incidência do câncer do colo uterino nesta população. Por meio desta revisão narrativa a comunidade acadêmica possa conhecer a realidade da saúde dessas mulheres que estão em privação de sua liberdade e sob a tutela do Estado, podendo melhorar a assistência à saúde de modo a prevenir a ocorrência desse agravo.

### **3. OBJETIVO**

Realizar uma síntese das publicações científicas acerca da prevalência do câncer do colo uterino em populações privadas de liberdade.

#### 4. MÉTODO

Trata-se de uma revisão de literatura do tipo revisão narrativa. A escolha do tema é de fundamental importância na produção de toda pesquisa científica.

Será realizada uma busca bibliográfica nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), U. S. National Library of Medicine (PubMed) e no buscador acadêmico Google Acadêmico. As palavras-chave dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) adotados para a busca dos referenciais foram: (prisioneiros OR prisoners OR detento OR detenido) AND ("câncer de colo uterino" OR "cáncer de cuello uterino" OR "Uterine Cervical Neoplasms").

Os critérios para inclusão dos artigos para discussão foram: artigos disponíveis na íntegra, em português, inglês ou espanhol, publicados de 2013 a 2023. Os critérios de exclusão artigos que não abordarem a temática que foi trabalhada, publicações em formato de artigo científico como teses, dissertações, monografias, relatos de experiência, editoriais, debates, resenhas, artigos incompletos e trabalhos de conclusão de curso.

A coleta de dados obedeceu às seguintes etapas: leitura metódica de todos os artigos selecionados (leitura flutuante com vistas a verificação de relevância do artigo para o estudo em questão); leitura seletiva (apreciação mais aprofundada das partes essenciais à construção da discussão do estudo); apontamento dos dados extraídos das fontes em material específico.

A análise dos materiais teve o objetivo de ordenar e simplificar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitem a obtenção das respostas ao problema desta pesquisa.

## 5. RESULTADOS

Os estudos identificados nas bases de dados pesquisadas, foram identificados 249 artigos, destes, 32 foram selecionados após a leitura do título e do resumo, que resultou na exclusão de 240 artigos que atenderem os critérios de exclusão. Após leitura das referências dos estudos identificados nas bases de dados, foi incluído dois artigos, assim resultando em 11 artigos incluídos que compõem os resultados deste estudo (Figura 1).

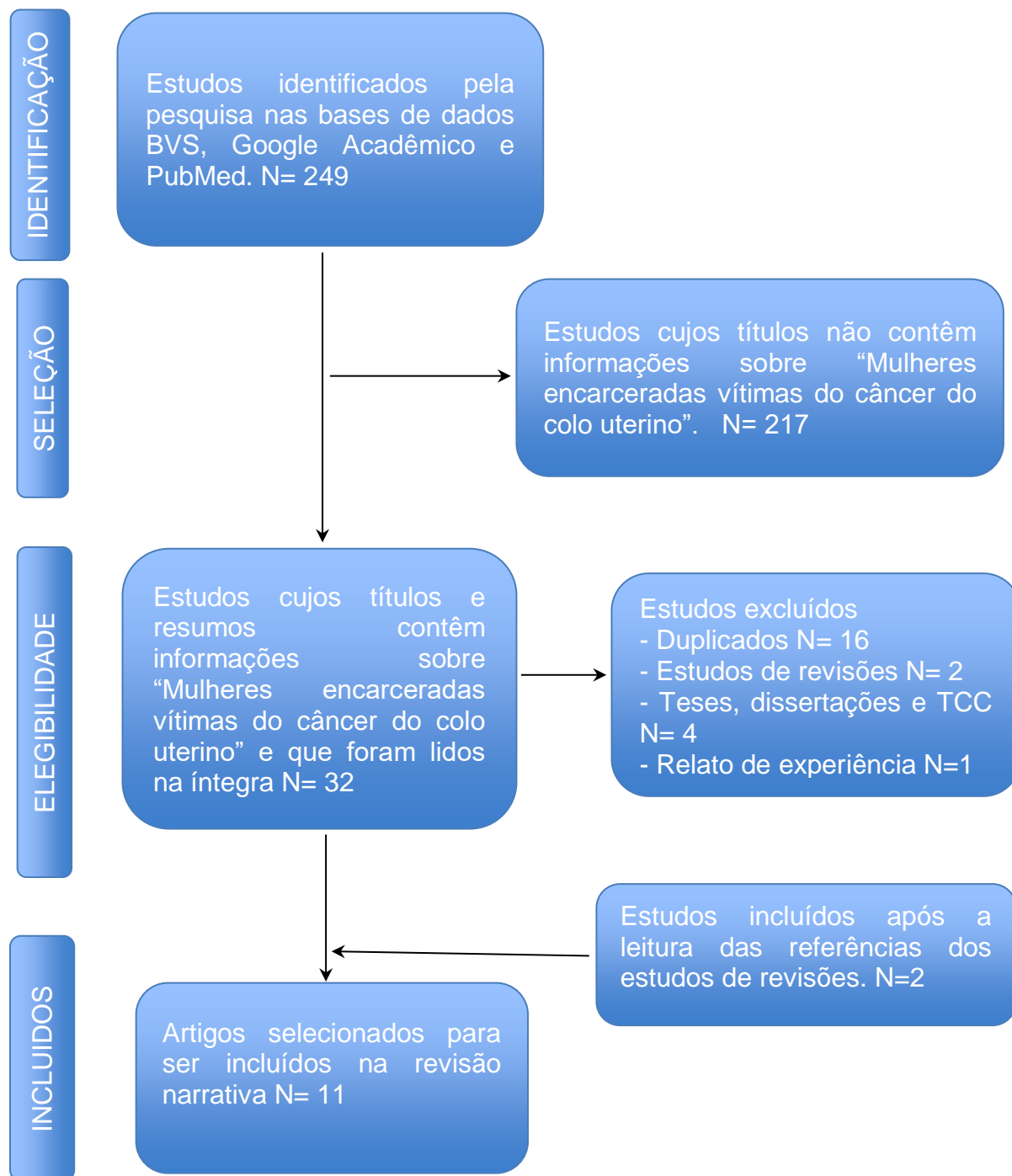


Figura 1 – Fluxograma de busca e seleção dos artigos

Após leitura dos estudos, os mesmos foram divididos em cinco subtemas, em que os artigos 1 e 2 (18,1%) são sobre infecções sexualmente transmissíveis e o câncer de colo uterino, os artigos 3 e 4 (18,1%) são sobre o acesso das mulheres a ações de controle do câncer do colo uterino, o artigo 5 (9,1%) é sobre medidas de prevenção e intervenções para o CCU, os artigos 6 ao 8 (18,1%) são sobre rastreamento do câncer do colo uterino entre mulheres encarceradas e os artigos de 9 a 11 (18,1%) abordaram os fatores de risco e determinantes sociais relacionados ao câncer do colo uterino.

Ao que se refere ao espaço de tempo, 1 artigo de 2013 (9,1%), 1 artigo de 2015 (9,1%), 3 artigos de 2017 (27,2%), 3 artigos de 2018 (27,2%), 1 artigo de 2020 (9,1%), 1 artigo de 2021 (9,1%) e 1 artigo de 2022 (9,1%).

Sobre os tipos de metodologia encontrada nos artigos foram 3 artigos de estudo transversal (27,2%), 2 artigos de estudo descritivo, de abordagem qualitativa (18,1%), 1 artigo de pesquisa qualitativa exploratória (9,1%), 1 artigo de corte prospectivo (9,1%), 1 artigo de corte retrospectivo (9,1%), 1 artigo de estudo transversal, com abordagem quantitativa (9,1%), 1 artigo de estudo descritivo, com abordagem quantitativa (9,1%) e 1 artigo de estudo descritivo, de corte transversal (9,1%).

Já em relação ao idioma dos artigos a língua portuguesa foi predominante com 6 artigos (54,5%), em língua inglesa foram encontrados 4 artigos (36,3%) e somente 1 artigo em língua espanhola (9,1%) (Quadro 1).



Quadro 1: Caracterização dos estudos selecionados com as variáveis: Título do estudo, objetivo, metodologia, principais resultados e conclusão.

Nº	Título	Objetivos	Tipo de estudo	Principais resultados	Conclusões
<b>Infecções sexualmente transmissíveis e o câncer de colo uterino</b>					
1	Câncer de colo uterino e infecção sexualmente transmissível: percepção das mulheres privadas de liberdade.  XAVIER, L. D. A. <i>et al.</i> Câncer de colo uterino e infecção sexualmente transmissível: percepção das mulheres	Investigar a percepção de mulheres reeducandas quanto à prevenção do câncer do colo do útero e infecções sexualmente transmissíveis.	Estudo descritivo, de abordagem qualitativa.	As participantes ao serem perguntadas sobre o câncer de colo uterino, relacionaram as IST's a perda do útero. Assim relataram que devem se prevenir nas relações sexuais para não adquirir IST's somente por medo da histerectomia. As detentas, disseram o exame de prevenção do CCU são feitos na unidade prisional ou nos hospitais. Por último foi relacionado a maternidade e CCU e IST's. Elas relataram que deve cuidar e prevenir para que essas doenças não afetem a gravidez ou até mesmo o objetivo de ser mãe.	As reeducandas percebem a gravidade do câncer do colo uterino e os problemas causados pelas infecções sexuais; relatam que a prevenção é o exame citológico e não referem como fundamental o uso do preservativo e métodos de higiene íntima.

	privadas de liberdade. <b>Revista de Enfermagem UFPE online</b> , v. 11, n. 7, p. 2743–2750, 18 jun. 2017.				
2	Vulnerabilidade de mulheres às infecções sexualmente transmissíveis e câncer de colo uterino em uma unidade prisional  OLIVEIRA, J. L. T. de; PACHECO, Z. M. L.; SENNA, C. A. Vulnerabilidade de mulheres às	Compreender o estado de vulnerabilidade de mulheres em condição de reclusão de uma instituição prisional acerca das infecções sexualmente transmissíveis e câncer de colo de útero.	Pesquisa qualitativa exploratória	Constatou-se que as reclusas sabem da necessidade de medidas de prevenção às IST, uma vez que são temerosas ao HIV/AIDS e demais IST. Essas foram consideradas vulneráveis à aquisição e à transmissão das doenças transmitidas por via sexual dentro das instituições prisionais, como HIV/AIDS e sífilis. Foi identificada a assistência prestada pelos profissionais da APS em relação às IST com oferta de exames para HIV e sífilis na UBS da rede pública municipal. Em relação às doenças relacionadas ao gênero	Há fragilidades no sistema prisional relacionadas à efetividade de ações educativas, preventivas e assistenciais perante a saúde reprodutiva e sexual das mulheres em reclusão. A equipe multiprofissional juntamente com o enfermeiro necessita efetivar ações preventivas e educativas nas prisões para evitar o adoecimento dessa população vulnerável da mesma maneira que são realizadas nas unidades básicas de saúde da rede pública.

	<p>infecções sexualmente transmissíveis e câncer de colo uterino em uma unidade prisional.</p> <p><b>Revista de APS</b>, v. 23, ed. 4, p. 853 - 872, out/dez 2020.</p>			<p>feminino, como CCU e câncer de mama, as participantes relataram que durante a permanência na prisão nenhuma abordagem educativa foi realizada, de modo a orientá-las ou informá-las sobre essas doenças. As informações obtidas a respeito dessas doenças foram por meio da participação em palestras ou grupos educativos com a temática de direitos sexuais e reprodutivos oferecidos pela rede pública na APS.</p>	
<b>Acesso das mulheres a ações de controle do câncer do colo uterino</b>					
<b>3</b>	<p>Acesso das mulheres privadas de liberdade às ações de controle do câncer do colo do útero</p>	<p>Analisar o acesso das mulheres privadas de liberdade às ações de controle do câncer do colo do útero.</p>	<p>Estudo transversal, com abordagem quantitativa.</p>	<p>A realização do citopatológico foi referida por 57,0% mulheres e, em 41,1% dos prontuários havia registro do procedimento. Nas entrevistas houve associação estatística significativa entre realização do exame em estabelecimentos prisionais sob gestão municipal que aderiram à</p>	<p>A adesão à política dos estabelecimentos sob gestão municipal representa um elemento facilitador na melhoria da atenção à saúde dessa população.</p>

	DA SILVA, E. R. P. H. <i>et al.</i> Acesso das mulheres privadas de liberdade às ações de controle do câncer do colo do útero. <b>Brazilian Journal of Development</b> , v. 8, n. 3, p. 17917–17931, 12 mar. 2022.			Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade, bem como, entre a realização do exame e o tempo de reclusão.	
4	Desafios e aceitação do exame papanicolau da mulher reclusa  TEIXEIRA, M. M. DE S.; BORGES, S. DO P. F.;	Analisar o perfil e a adesão das mulheres reclusas ao exame Papanicolau.	Pesquisa de natureza descritiva, com abordagem qualitativa.	As mulheres reclusas possuem fatores de risco que contribuem para o surgimento do CCU, pois na maioria das vezes são mulheres jovens, que tiveram a primeira relação sexual precocemente, e que possuem uma renda familiar baixa. 71% afirmam ter vida sexual ativa enquanto excluída e no presídio, o estudo mostra que 57%	A realização dessa intervenção propiciou a divulgação das informações necessárias à promoção de saúde no grupo em estudo. Também foram notórias as precariedades existentes no sistema prisional em relação à prevenção de doenças do colo de útero e a realização do exame Papanicolau. Observou-se que

	<p>BRITO, A. B. DE. Desafios e aceitação do exame Papanicolau da mulher reclusa. Revista Conhecimento em Ação, v. 6, n. 1, p. 87–100, 24 jun. 2021.</p>			<p>das mulheres reclusas afirmaram que iniciaram vida sexual com menos de 15 anos de idade, e 43% da população iniciaram na faixa etária entre 16 e 24 anos de idade. 71% das mulheres entrevistadas já haviam realizado o exame “extra muro”, e 29% nunca haviam realizado. 29% das mulheres que não realizaram o exame Papanicolau “extra muro”, 14,5% foram por falta de interesse, enquanto 4,5% dessas mulheres foram motivadas pela vergonha, e ainda 10% por falta de acesso ao exame. 71% delas responderam que o exame tem a finalidade de identificar células causadoras do câncer do colo do útero e 29% acreditam que este exame detecta doenças sexualmente transmissíveis. e 29% das mulheres desta pesquisa não tinham realizado o exame.</p>	<p>existe deficiência no acesso à saúde nos presídios, falta de informação sobre o exame Papanicolau e baixa autoestima das mulheres reclusas.</p>
--	---	--	--	--	--

<b>Medidas de prevenção e intervenções para o CCU</b>					
<b>5</b>	<p>Impacto de uma intervenção breve na alfabetização em saúde cervical: um estudo de controle em lista de espera com mulheres encarceradas</p> <p>RAMASWAMY, M. <i>et al.</i> Impact of a brief intervention on cervical health</p>	<p>Testar a eficácia de uma intervenção para melhorar a alfabetização em saúde cervical de mulheres encarceradas e, finalmente, abordar as disparidades do câncer cervical.</p>	<p>Estudo de coorte prospectivo</p>	<p>As mulheres no grupo de intervenção apresentaram ganhos significativos em sete dos oito domínios de alfabetização em saúde cervical, enquanto o grupo controle melhorou apenas em um domínio. Ao controlar as covariáveis, o grupo de intervenção apresentou menos barreiras, percepções de gravidade, suscetibilidade a doenças e maior autoeficácia para triagem e acompanhamento da saúde do colo do útero, em comparação com o grupo de controle.</p>	<p>Uma intervenção breve é uma maneira eficaz de melhorar a alfabetização em saúde cervical de mulheres encarceradas, mas deve ser fornecida juntamente com esforços sistêmicos que expandam o acesso a serviços de saúde preventivos correccionais, incluindo a vacina contra o papilomavírus humano, exames de câncer baseados na comunidade e seguro de saúde após as mulheres deixarem as prisões e transição de volta para as comunidades</p>

	literacy: A waitlist control study with jailed women. <b>Preventive Medicine Reports</b> , v. 6, p. 314–321, jun. 2017.				
<b>Rastreamento do câncer do colo uterino entre mulheres encarceradas</b>					
<b>6</b>	Acesso à triagem de câncer do colo do útero para mulheres que passam pela prisão em Ontário, Canadá.  KOUYOUMDJIA N, F. G. <i>et al.</i> Cervical Cancer Screening Access for Women Who	Determinar as taxas de rastreamento de câncer cervical para mulheres em prisões provinciais em Ontário, Canadá, e comparar esses dados com os dados da população em geral	Estudo de corte retrospectivo	As mulheres do grupo prisional tiveram 2,2 vezes as chances de atraso no rastreamento do câncer do colo do útero em comparação com as mulheres na população em geral após o ajuste para o quintil de renda do bairro, em 53,9% em comparação com 32,9%. Mulheres no Grupo Prisional também tinha quase o dobro de chances de ainda estar atrasado em 3 anos, com uma razão de chances de 1,87 após o ajuste para o quintil de renda do	Mulheres em situação de encarceramento apresentam pior acesso ao rastreio do câncer de colo uterino do que as mulheres na população em geral. Deve-se trabalhar para promover conscientização sobre o rastreamento do câncer do colo do útero e para melhorar o acesso ao rastreamento aceitável na prisão e em à comunidade depois da prisão.

	<p>Experience Imprisonment in Ontario, Canada. <b>JAMA Network Open</b>, v. 1, n. 8, 7 dez. 2018.</p>			<p>bairro e taxas de atraso de 36,2% em comparação com 21,9%.</p>	
7	<p>Rastreamento citológico do câncer cervical e fatores associados na população penitenciária do Peru.</p> <p>RUIZ-MAZA, J. C. <i>et al.</i> Cribado citológico de cáncer de cuello uterino y factores asociados en la población penitenciaria del</p>	<p>Determinar a prevalência e os fatores associados ao rastreamento do câncer do colo do útero por Papanicolau na população prisional do Peru.</p>	<p>Estudo transversal</p>	<p>A prevalência do rastreamento do câncer do colo do útero na população prisional peruana é semelhante a cobertura nacional, e menos do que o que é descrito para uma população carcerária da América.</p>	<p>Existe associação entre rastreamento citológico e acesso aos serviços de saúde, fatores sociodemográficos predisponentes e história patológica de mulheres encarceradas no Peru. Mais pesquisas devem ser promovidas sobre os comportamentos de prevenção de saúde nesta população.</p>



	Perú. <b>Revista Española de Sanidad Penitenciaria</b> , v. 20, n. 3, p. 103–110, 2018.				
8	Rastreamento de câncer de colo uterino em mulheres encarceradas no Brasil.  DA SILVA, E. R. P. <i>et al.</i> Screening for cervical cancer in imprisoned women in Brazil. <b>PLOS ONE</b> , v. 12, n. 12, 18 dez. 2017.	Investigar o estado do rastreamento do câncer do colo do útero para mulheres encarceradas no Mato Grosso do Sul, e analisar as intervenções voltadas para o controle do câncer do colo do útero	Estudo transversal	Metade das mulheres entrevistadas (n = 255) afirmou que haviam feito o exame de Papanicolau (Papanicolau) na prisão, mas 134 (52,5%) destes desconheciam o resultado. daquelas que não fizeram Papanicolau, 149 (58,4%) afirmaram que era por que de falta de oportunidade. Não houve informação sobre a oferta de exames de Papanicolau ou tratamento subsequente no prontuário de 211 (59,9%) mulheres. Nenhum protocolo estava em local para a realização do exame de Papanicolau na prisão. Houve diferenças estatísticas entre as prisões em	O rastreio do câncer do colo do útero nas prisões não é sistemático nem regular e os resultados não são comunicados às mulheres em um número significativo de casos. É necessário organizar serviços de saúde no ambiente prisional, garantindo a realização de exames e a investigação do papilomavírus humano. Isso pode aumentar o diagnóstico de câncer cervical em estágios menos avançados da doença.

				termos de frequência de testes, informações fornecidas às mulheres e como as informações foram transmitidas.	
<b>Fatores de risco associados e determinantes sociais relacionados ao câncer do colo uterino</b>					
<b>9</b>	Rastreamento do câncer do colo do útero em mulheres encarceradas  KELLY, P. J.; ALLISON, M.; RAMASWAMY, M. Cervical cancer screening among incarcerated women. <b>PLOS ONE</b> , v. 13, n. 6, 26 jun. 2018.	Identificar os fatores associados ao rastreamento do câncer do colo do útero e aos resultados do rastreamento entre mulheres encarceradas.	Estudo transversal	O escore de rastreamento do câncer cervical, como fator predisponente, foi associado a mulheres com exame de Papanicolau em dia e com diagnóstico de câncer do colo do útero alguma vez a vida deles. Tanto uma história sexual contendo comportamentos de alto risco quanto uma história de abuso, fatores específicos da população, foram associados a ter tido um Papanicolau anormal; histórias de saúde mental, encarceramento e uso de substâncias foram associadas ao diagnóstico de câncer do colo do útero.	As diferenças significativas nos resultados para esses fatores específicos da população sugerem a necessidade de uma abordagem dos serviços de saúde que aborde os desafios do câncer do colo do útero necessidades preventivas de saúde de mulheres encarceradas. Implicações para a Prática Provedoras que trabalham com populações vulneráveis, como mulheres encarceradas devem estar cientes de que suas histórias de risco influenciam seus comportamentos de acompanhamento. Essas mulheres precisarão de apoio extra para o rastreamento do

					câncer do colo do útero e cuidados de acompanhamento.
10	<p>Determinantes sociais proximais relacionados ao câncer cervicouterino em mulheres privadas de liberdade</p> <p>NICOLAU, A. I. O. <i>et al.</i> Determinantes sociais proximais relacionados ao câncer cervicouterino em mulheres privadas de liberdade. <b>REME: Revista Mineira</b></p>	<p>Analisar os determinantes sociais de saúde proximais, considerados fatores de risco para a neoplasia cervicouterina, de mulheres privadas de liberdade segundo o nível 2 do Modelo de Atenção às Condições Crônicas (MACC)</p>	<p>Pesquisa descritiva, quantitativa.</p>	<p>Os principais fatores encontrados direcionaram-se para a baixa escolaridade e renda familiar mensal, precocidade da coitarca, não uso do preservativo, paridade, baixa cobertura do rastreamento e hábitos tabagistas.</p>	<p>As mulheres estudadas estão expostas a altíssimos riscos para o desenvolvimento do câncer de colo uterino tanto por suas trajetórias de vida quanto pela atual situação de cárcere.</p>

	<b>de Enfermagem</b> , v. 19, n. 3, 2015.				
<b>11</b>	Fatores de risco para o câncer de colo do útero em mulheres reclusas  DOS ANJOS, S. DE J. S. B. <i>et al.</i> Fatores de risco para o câncer de colo do útero em mulheres reclusas. <b>Revista Brasileira de Enfermagem</b> , v. 66, n. 4, p. 508–513, ago. 2013.	Identificar os fatores de risco para o desenvolvimento do câncer de colo uterino em mulheres reclusas	Estudo descritivo de corte transversal.	Referente aos riscos para o câncer cervical, 16 mulheres (44,5%) eram tabagistas, 24 (70,5%) já fizeram uso do contraceptivo oral por um tempo médio de 46 meses, 24 (66,6%) apresentaram coitarca com idade inferior a 15 anos; 26 (72,2%) faziam uso de preservativo, porém 10 (38,4%) o usavam raramente.	Os resultados mostram a premente necessidade da realização de atividades educativas, preventivas e terapêuticas durante o cárcere, visto que tal momento é uma oportunidade singular para implementação dessas medidas específicas. Ademais, os profissionais de saúde, sobretudo os enfermeiros, aliados às autoridades responsáveis pelo sistema de saúde carcerário, necessitam direcionar e incluir essa população nas ações de controle do CCU, uma vez que as essas mulheres se encontram privadas da liberdade social e não do direito à saúde universal como preconizado pelo sistema de saúde brasileiro.

## 6. DISCUSSÃO

### 6.1. Infecções sexualmente transmissíveis e o câncer de colo uterino

A população privada de liberdade é considerada um grupo vulnerável e que possui elevada prevalência de IST's. Isso é ocasionado pelas condições sociais em que essa população está inserida. Além de déficits de conhecimento sobre as IST's, também possuem percepções distorcidas sobre as mesmas, variáveis que contribuem para o aumento da vulnerabilidade das mulheres privadas da liberdade (BENEDETTI *et al.*, 2020).

Como falta de métodos de prevenção, relacionamentos heterossexuais e homossexuais sem a devida proteção, assim como o compartilhamento de agulhas e objetos, entre outros; são comportamento de risco que favorecem a transmissão das doenças infecciosas (BENEDETTI *et al.*, 2020).

Dentre as IST's, a infecção pelo HPV, é causada por múltiplos tipos da espécie do HPV. Um estudo realizado em Goiânia demonstrou que a infecção pelo HPV está associada ao número de parceiros, comum entre a população privada de liberdade. E essa multiplicidade de infecção pelo vírus HPV está diretamente relacionado com o desenvolvimento de anomalias citológicas cervicais, o que ocasiona o câncer de colo uterino (CCU) (BENEDETTI *et al.*, 2020; ALVES *et al.*, 2013).

A partir deste pensamento foi realizado uma pesquisa com 25 reeducandas na população carcerária da Colônia Penal Feminina do Recife. A partir deste estudo foi possível identificar algumas percepções que as mulheres encarceradas tinham sobre a relação da IST e CCU. As mesmas relacionaram com a retirada do útero com o CCU, relataram medo e tensão. Acreditam que deveriam se prevenir para que não ocorresse a histerectomia. Também relacionaram a morte ao CCU, pois para elas o câncer de colo uterino é uma doença perigosa que leva a histerectomia e a morte (XAVIER *et al.*, 2017).

A partir das percepções foi possível identificar que elas relacionam a prevenção de CCU e IST somente ao exame Papanicolau, não mencionam o uso de preservativos nas relações e não citam os métodos de higiene íntima. Mesmo com a identificação que na unidade o exame está sendo realizado de forma periódica, é visível a necessidade de

melhorar a percepção destas mulheres, para que assim consigam se prevenir de todas as formas existentes de IST's (XAVIER *et al.*, 2017).

Já em outro estudo realizado em uma unidade prisional do Estado de Minas Gerais com 28 mulheres, identificou que as reeducandas tiveram informações sobre as IST's e CCU somente no período em que não estavam presas. As informações que as detentas tinham sobre as IST's e CCU eram obtidas por meio da televisão, familiares e/ou conhecidos e escolas. No período em que estavam na unidade não foram feitos nenhum tipo de atividade educacional como forma de orientá-las e educá-las sobre o tema. Relataram também que as Unidades Básicas de Saúde têm muita importância no enfrentamento destas doenças, já que por meio delas as reeducandas conseguem assistência e informações necessárias para prevenção e tratamento das mesmas (OLIVEIRA; PACHECO; SENNA, 2020).

Desta forma é relevante o trabalho realizado pela Enfermagem neste campo, já que a mesma é responsável pela orientação, palestras e consultas relacionadas a saúde da mulher na atenção primária.

## **6.2. Acesso das mulheres a ações de controle do câncer do colo uterino**

Após a instituição da Lei de Execução Penal em 1984 foi reconhecido que as pessoas privadas de liberdade têm direito à educação e saúde. Em 2003 foi criado um Plano Nacional de Saúde para o Sistema Penitenciário para integrar os princípios do SUS destinados à população, assim viabilizando assistência integral, resolutiva, contínua e de boa qualidade para atender as necessidades de saúde da população privada de liberdade (BRASIL, 2010; BRASIL, 2014).

Como forma de ação de controle, o exame Papanicolau deve ser realizado anualmente por todas as mulheres, independentes se estão em cárcere privado ou em liberdade, sendo que após a realização de dois exames normais e consecutivos com intervalo de um ano a mulher pode optar pela realização do exame a cada três anos (INCA, 2016).

Em outra unidade prisional do Estado de Mato Grosso do Sul, a cobertura de exames preventivos do câncer do colo uterino entre mulheres encarceradas é um pouco

mais da metade, porém a maioria dos exames realizados não estava documentado nos prontuários das pacientes dificultando a continuidade da assistência a essas mulheres. Outro fator importante evidenciado pelo estudo é a falta de realização dos exames periódicos como preconizado pelo Ministério da Saúde, quando perguntadas a maioria das reeducandas relataram ter feito o último exame a dois anos ou mais antes do estudo (DA SILVA *et al.*, 2022).

Quando a assistência era prestada pelo município, o acesso dessas mulheres a ações de controle ao câncer de colo uterino era maior. Em relação às limitações, o número reduzido de pessoal por parte da segurança e questões disciplinares dificultou participação da população encarcerada neste estudo (DA SILVA *et al.*, 2022).

Já o estudo realizado no Ceará com a população privada de liberdade, as reeducandas ao serem questionadas pela não realização do exame preventivo relataram que a baixa autoestima, o distanciamento dos seus familiares, relações desumanas no ambiente prisional e ainda pelo fato de não terem conhecimento sobre a importância do exame para as suas vidas, e assim deixaram de realizar o exame Papanicolau (TEIXEIRA; BORGES; BRITO, 2021).

### **6.3. Medidas de prevenção e intervenções para o CCU**

A intervenção realizada com as mulheres encarceradas nas três prisões do condado de Ontário teve como objetivo melhorar o conhecimento sobre a saúde cervical e reduzir as barreiras relacionadas ao rastreamento e tratamento do câncer do colo do útero. A intervenção consistiu em um programa de alfabetização sobre saúde cervical, que foi conduzido ao longo de 5 dias (RAMASWAMY *et al.*, 2017).

As mulheres participantes foram divididas em dois grupos: o grupo de intervenção e o grupo de controle da lista de espera. O primeiro grupo começou a receber a intervenção durante a primeira semana, enquanto o segundo grupo aguardava na lista de espera. Ambos os grupos responderam a questionários antes e depois da intervenção, de modo a avaliar os resultados (RAMASWAMY *et al.*, 2017).

Os resultados da análise dos dados mostraram que o grupo de intervenção teve mudanças significativas em relação ao conhecimento sobre saúde cervical. Além disso, elas relataram mais benefícios percebidos para a triagem, barreiras reduzidas à triagem,

percepção reduzida da gravidade da doença, suscetibilidade reduzida à doença e maior motivação e autoeficácia para buscar exames de saúde cervical e cuidados de acompanhamento (RAMASWAMY *et al.*, 2017).

Esses resultados indicam que a intervenção foi eficaz em melhorar o conhecimento e as atitudes relacionadas à saúde cervical nas mulheres encarceradas. Através do programa de alfabetização sobre saúde cervical, as participantes foram capazes de adquirir informações relevantes sobre a prevenção, rastreamento e tratamento do câncer do colo do útero, além de superar crenças e barreiras que poderiam dificultar o acesso aos cuidados de saúde necessários (RAMASWAMY *et al.*, 2017).

#### **6.4. Rastreamento do câncer do colo uterino entre mulheres encarceradas**

Estudo realizado em Ontário Canadá, a partir de um sistema em que se coloca informações sobre a saúde do paciente. Realizou uma comparação com mulheres que foram soltas no período de 2010 e mulheres livres com exame Papanicolau até 1º de julho de 2010. Assim analisando os testes Papanicolau realizados, considerados que não estavam atrasados se tivessem sido realizados a 3 anos atrás ou 3 anos após a data índice (KOUYOUMDJIAN *et al.*, 2018).

Ao analisar os 3 anos antes da data índice constatou que o percentual de exames Papanicolau não realizados foi maior entre as mulheres que estavam encarceradas. E analisando o quantitativo de exames realizados 3 anos após a data índice, foi percebido que as mulheres livres têm o percentual maior de realização que em mulheres que já foram presas, porém, estavam livres na data pesquisada (KOUYOUMDJIAN *et al.*, 2018).

Este estudo demonstrou a falta de acesso ao rastreamento do câncer do colo do útero em mulheres que vivenciam o encarceramento. Algumas das limitações da realização do exame Papanicolau em mulheres reclusas pode ser a falta de acesso a cuidados de saúde aceitáveis na prisão e na libertação, e falta de conhecimento sobre o que é um teste de Papanicolau e o motivo dele ser realizado. Outra limitação é a questão a alta prevalência de comorbidades nesta população, os profissionais de saúde têm sua atenção voltada para outras condições de saúde (KOUYOUMDJIAN *et al.*, 2018).

O estudo realizado no Peru também identificou resultados semelhantes, destacando que o foco dos profissionais de saúde nos estabelecimentos penitenciários



está voltado para o controle de doenças como tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez e planejamento familiar, com pouca ênfase nas medidas de controle ou prevenção do câncer do colo do útero (RUIZ-MAZA, 2018).

No estudo realizado no Brasil, em Mato Grosso do Sul, a maioria das mulheres encarceradas relatou estar com o exame de Papanicolau em dia. No entanto, quando os pesquisadores analisaram os prontuários para verificar os resultados e anotações sobre os exames e tratamentos realizados, encontraram poucas informações ou nenhum registro desses procedimentos. Isso sugere uma falta de documentação adequada e um possível problema de qualidade na prestação de serviços de saúde para mulheres encarceradas (DA SILVA, 2017).

Esses estudos destacam a necessidade de melhorar o acesso ao rastreamento do câncer do colo do útero e garantir que as mulheres encarceradas recebam os cuidados de saúde adequados durante o período de prisão e após a liberação. É importante desenvolver políticas e programas de saúde específicos para essa população, visando prevenir e controlar o câncer do colo do útero e outras condições de saúde relevantes.

#### **6.5. Fatores de risco associados e determinantes sociais relacionadas ao câncer do colo uterino**

Uma pesquisa realizada no Kansas, em algumas unidades prisionais, com foco em fatores de risco e a prevenção do câncer de colo uterino em mulheres reclusas. Identificou que a incidência de câncer de colo do útero foi maior em mulheres brancas, o que difere das estatísticas nacionais que indicam uma maior incidência entre mulheres negras (KELLY; ALISSON; RAMASWAMY, 2018).

No entanto, outros fatores de risco analisados no estudo, como a taxa de realização de exames preventivos, início precoce da atividade sexual, múltiplos parceiros ao longo da vida e histórico de violência sexual, correspondiam com as estatísticas. (KELLY; ALISSON; RAMASWAMY, 2018).

Um fator interessante achado foi de que a maioria das mulheres que sofriam violência sexual de seus parceiros, faziam seus exames preventivos como o Papanicolau

periodicamente. Diferente das mulheres livres ou mulheres reclusas que não sofriam esse tipo de violência (KELLY; ALISSON; RAMASWAMY, 2018).

Ao realizar uma pesquisa em uma unidade prisional do Ceará, para relacionar os determinantes sociais e os fatores de risco relacionados ao câncer de colo uterino. Foi constatado que os fatores sociodemográficos das reclusas eram de maioria de jovens, solteiras, com baixa escolaridade e baixa renda familiar mensal. Já em relação a riscos sexuais e reprodutivos foi constatado que a maioria das reclusas teve precocidade da coitarca, o não uso do preservativo, a paridade e a baixa cobertura do rastreamento na instituição prisional (NICOLAU *et al.*, 2015).

A maioria das mulheres participantes relatou ter pouca multiplicidade de parceiros nos últimos três meses, o que sugere que esse não foi um fator de risco significativo para elas em relação ao câncer de colo do útero. No entanto, a pesquisa revelou que a não adequação do uso de preservativos durante as relações sexuais estavam relacionadas à submissão feminina, pois muitas mulheres relataram que seus parceiros não gostavam de usar preservativos (NICOLAU *et al.*, 2015).

Essas pesquisas ressaltam a importância de entender os fatores de risco e as especificidades da população carcerária feminina no contexto do câncer de colo do útero. Elas evidenciam a necessidade de abordagens de saúde específicas para essa população, visando a prevenção, detecção precoce e acesso aos cuidados de saúde necessários.

## 7. CONCLUSÃO

Com base na análise desse estudo, é possível concluir que a realização do exame Papanicolau nas unidades prisionais é uma questão que requer maior atenção e investimento por parte do poder público. A população carcerária apresenta características que as expõe a risco de adquirir o câncer de colo uterino. A falta de recursos humanos e de conhecimento sobre a importância desse exame para a saúde da mulher pode comprometer sua saúde.

Nesse sentido, é importante que os órgãos responsáveis pela saúde nas unidades prisionais adquiram mais recursos humanos e promovam a capacitação desses profissionais para a realização do exame Papanicolau e outras ações de prevenção e tratamento de doenças relacionadas à saúde da mulher. O enfermeiro exerce um papel fundamental nesse contexto, sendo responsável pela educação em saúde e pela realização de exames e tratamentos.

Portanto, é fundamental que sejam realizadas ações e exames periódicos na população carcerária, para garantir a prevenção e o tratamento adequado do câncer de colo uterino e outras doenças relacionadas à saúde da mulher. Isso não só contribuirá para a promoção da saúde, mas também para a melhoria das condições de vida das mulheres privadas da liberdade.

## REFERÊNCIAS

ALVES, R. R. F. *et al.* Prevalence, genotype profile and risk factors for multiple human papillomavirus cervical infection in unimmunized female adolescents in Goiânia, Brazil: a community-based study. **BMC Public Health**, v. 13, n. 1, 4 nov. 2013. Disponível em: <https://bmcpublikehealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2458-13-1041>. Acesso em: 07 mai. 2023.

BENEDETTI, M. S. G. *et al.* Infecções sexualmente transmissíveis em mulheres privadas de liberdade em Roraima. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 105, 2 nov. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/qSp9j9BRQnsHJdvJ9dqYqTx/?lang=pt>. Acesso em: 07 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde e Justiça. **Legislação da Saúde no Sistema Penitenciário**. Brasília-DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde e Justiça. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional**. Brasília-DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil 2021-2030**. Brasília- DF: 2021.

DA SILVA, E. R. P. H. *et al.* Acesso das mulheres privadas de liberdade às ações de controle do câncer do colo do útero. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 3, p. 17917–17931, 12 mar. 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/45107>. Acesso em: 07 mar. 2023.

DA SILVA, E. R. P. *et al.* Screening for cervical cancer in imprisoned women in Brazil. **PLOS ONE**, v. 12, n. 12, 18 dez. 2017. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0187873>. Acesso em: 07 mar. 2023.

DOS ANJOS, S. DE J. S. B. *et al.* Fatores de risco para o câncer de colo do útero em mulheres reclusas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 66, n. 4, p. 508–513, ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/ftR9GXfJyDgv3XdZ4t7sDFR/?lang=pt#>. Acesso em: 07 mar. 2023.

Instituto Nacional de Câncer (INCA). **Controle do câncer do colo do útero: Conceito e Magnitude**. Rio de Janeiro; 2022.

Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Divisão de Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede. Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Divisão de Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede. Ed 2, **Rev. Atual**. – Rio de Janeiro: INCA, 2016.

KELLY, P. J.; ALLISON, M.; RAMASWAMY, M. Cervical cancer screening among incarcerated women. **PLOS ONE**, v. 13, n. 6, 26 jun. 2018. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0199220>. Acesso em: 07 mar. 2023.

KOUYOUMDJIAN, F. G. *et al.* Cervical Cancer Screening Access for Women Who Experience Imprisonment in Ontario, Canada. **JAMA Network Open**, v. 1, n. 8, 7 dez. 2018. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jamanetworkopen/fullarticle/2717562>. Acesso em: 07 mar. 2023.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. In: **SISDEPEN**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em: 30 set. 2022.

LOPES, V. A. S.; RIBEIRO, J. M. Fatores limitadores e facilitadores para o controle do câncer de colo de útero: uma revisão de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 3, p. 3431-3442, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/wKH88LkHg3qq87tCLQtqvTp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2022.

NICOLAU, A. I. O. *et al.* Determinantes sociais proximais relacionados ao câncer cervicouterino em mulheres privadas de liberdade. **REME: Revista Mineira de Enfermagem**, v. 19, n. 3, 2015. Disponível em: <https://reme.org.br/artigo/detalhes/1035#:~:text=O%20risco%20de%20mulheres%20serem,o%20desenvolvimento%20do%20c%C3%A2ncer%20cervicouterino>. Acesso em: 07 mar. 2023.

OLIVEIRA, J. L. T. de; PACHECO, Z. M. L.; SENNA, C. A. Vulnerabilidade de mulheres às infecções sexualmente transmissíveis e câncer de colo uterino em uma unidade prisional. **Revista de APS**, v. 23, ed. 4, p. 853 - 872, out/dez 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/16424/23017>. Acesso em: 19 set. 2022.

PINHEIRO, L. F.; GAMA, T. da S. As Origens do Sistema Penitenciário Brasileiro: uma análise sociológica da história das prisões do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade em Debate**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 157-190, 2016. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/1438/970>. Acesso em: 22 set. 2022.

RAMASWAMY, M. *et al.* Impact of a brief intervention on cervical health literacy: A waitlist control study with jailed women. **Preventive Medicine Reports**, v. 6, p. 314–321, jun. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211335517300669?via%3Dihub>. Acesso em: 07 mar. 2023.

ROCHA, B. D. DA *et al.* Exame de papanicolau: conhecimento de usuárias de uma unidade básica de saúde. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 2, n. 3, p. 619–629, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/6601/pdf>. Acesso em: 07 mai. 2023.

RUIZ-MAZA, J. C. *et al.* Cribado citológico de câncer de cuello uterino y factores asociados en la población penitenciaria del Perú. **Revista Española de Sanidad Penitenciaria**, v. 20, n. 3, p. 103–110, 2018. Disponível em: [https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1575-06202018000300103](https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1575-06202018000300103). Acesso em: 07 mar. 2023.

TEIXEIRA, C. *et al.* Prevenção do câncer de colo uterino: o presídio como um espaço promotor de saúde. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v. 04, p. 972–984, 2013. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6760/1/2013\\_art\\_ctmvasconcelos2.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6760/1/2013_art_ctmvasconcelos2.pdf). Acesso em: 07 mar. 2023.

TEIXEIRA, M. M. DE S.; BORGES, S. DO P. F.; BRITO, A. B. DE. Desafios e aceitação do exame Papa Nicolau da mulher reclusa. *Revista Conhecimento em Ação*, v. 6, n. 1, p. 87–100, 24 jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/38158/24044#:~:text=Totalizando%20os%2029%25%20das%20mulheres,falta%20de%20acesso%20ao%20exame>. Acesso em: 12 abr. 2023.

XAVIER, L. D. A. *et al.* Câncer de colo uterino e infecção sexualmente transmissível: percepção das mulheres privadas de liberdade. **Revista de Enfermagem UFPE online**, v. 11, n. 7, p. 2743–2750, 18 jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/23448/19155>. Acesso em: 07 mar. 2023.